

O JORNAL DO COMÉRCIO do Rio de Janeiro publicou na edição de 27 de agosto p.p., artigo intitulado "Causas do atraso relativo de nossa produção pecuária". Cita índices de produtividade de carne "per capita" de fontes internacionais, como também estimativa do censo bovino brasileiro e conclue que o atraso na produtividade brasileira deve-se atribuir à deficiência técnica da nossa pecuária.

1. Sem dúvida, o índice da produção de carne "per capita" da população bovina é a forma mais clara de demonstrar a produtividade; o termo "desfrute" muito usado na forma de porcentagem não fornece o quadro claro e, muito menos, exato da produtividade real. O índice de quilos de carne "per capita" reflete a realidade da soma de todos fatores que afetam a eficiência de produção:-

- a) naturais e físicos (clima, solo, regime pluviométrico, fatores geográficos como distância de comunicação);
- b) técnicos (zootécnicos em todos os seus ângulos) tratamento veterinário, pastagens, alimentação supletiva, confinamento etc.;
- c) econômico-financeiros;
- d) políticos.

2. Para maior clareza mencionam-se os índices abaixo:-

		quilos de carne p/ano p/capita de população bovina					
França	76	"	"	"	"	"	"
Reino Unido	74	"	"	"	"	"	"
U.S.A.	70	"	"	"	"	"	"
Canadá	66	"	"	"	"	"	"
Argentina	51	"	"	"	"	"	"
Austrália	46	"	"	"	"	"	"
Nova Zelândia	41	"	"	"	"	"	"
Uruguay	30	"	"	"	"	"	"
México	22	"	"	"	"	"	"
Brasil	15	"	"	"	"	"	"

Sobre estes índices cabe comentar:-

a) Dados estatísticos brasileiros são notoriamente duvidosos em geral. No caso da população bovina cita-se "indicação" do Ministério da Agricultura de julho de 1967, de 86.600.000 de cabeças; daí, em base de "estimativas" chega-se a população provável atualmente de 95.000.000, crescimento de 10% num período de um ano, cifra pouco provável sobre um algarismo base já de por si suscetível a reparos.

Por outro lado, a estatística da produção de carne é também muito duvidosa, pois, enquanto os estabelecimentos controlados pelo SIPAMA (Inspeção Veterinária do Ministério da Agricultura) merecem fé, pois é obrigação do SIPAMA preparar os dados estatísticos dos abates, o mesmo não sucede com os matadouros sob inspeção estadual ou municipal, muito mais numerosos, nos quais notoriamente grassa a sonegação dos impostos cujo corolário inevitável é de fugir das estatísticas reais.

Fonte argentina citou há 7 ou 8 anos o índice para o Brasil de 18 quilos "per capita"; presumindo que houve alguma melhora nos últimos anos e considerando as dúvidas sobre a estatística oficial, poderia-se presumir que o índice do Brasil seria da ordem de 20 quilos "per capita", sendo mesmo assim, baixo demais.

b) Os primeiros seis países citados na tabela são também grandes produtores de laticínios o que tende diminuir não o número de cabeças de gado bovino, mas a sua produtividade em termos de quilos de carne; assim sendo, o atraso do Brasil é ainda maior do que os índices demonstram a primeira vista.

3. Dos fatores mencionados no fim do item 1, os do item a) ou são incontornáveis ou só suscetíveis nas modificações lentas; os do c) e d) caem na órbita política e poderão ser modificados pelos governos; quanto aos aspectos técnicos da bovinocultura, não são segredos para os pecuaristas brasileiros e os seus resultados são amplamente demonstrados pelos próprios índices. Daí, a conclusão inevitável de que o atraso da bovinocultura no Brasil não é a causa dos resultados observados, mas o efeito de outros fatores. Sem dúvida, os nossos pecuaristas não desconhecem a técnica dos países mais produtivos, mas o que lhes falta é o estímulo econômico para aplicá-la. O estímulo ou desestímulo de determinada atividade econômica é consequência da política econômico-financeira dos governos. Cabe, portanto, procurar nessa área as causas da produtividade insatisfatória da bovinocultura brasileira.

4. Até o primeiro decênio no século XX, quando coincidiram o surto populacional no Brasil, o começo da nossa industrialização e o advento da indústria frigorífica, as vastas áreas de pastos naturais na bacia do Rio da Prata, que inclui o território do Rio Grande do Sul, não tiveram outra aplicação se não a pastagem de grandes rebanhos de bovinos; o valor da terra era baixo, pois não houve procura de matérias primas para indústria nem dos outros alimentos e o custo da produção do boi era também baixo. Tanto foi assim, que o interesse principal estava na produção de couros e de sebo, sendo a carne, praticamente um sub-produto. Criou-se então, a tradição de que a carne era o alimento principal, barato e acessível a todo homem em qualquer momento.

Com o advento da indústria frigorífica, pôde-se contar com grandes reservas de matérias primas, tanto no sul, como no Brasil Central, o que possibilitou a exportação de carnes brasileiras em grande escala, operação que prosseguiu até o período da segunda guerra mundial. Nesse período, contudo, modificou-se totalmente o panorama do começo do século. A população cresceu, o país industrializou-se e a grande procura de outros alimentos e de matérias primas para a indústria valorizou a terra, ofereceu muitas alternativas para sua utilização e elevou substancialmente o custo da produção de bovinos como um reflexo destes fatores.

Com as mudanças políticas, resultantes da segunda guerra mundial, o governo brasileiro desse tempo houve por bem sustar a exportação de carne bovina em 1942 e introduziu o sistema de tabelamento de preços internos, procurando amparar a população dos efeitos da inflação e da grande procura dos mercados externos. Após a guerra, enquanto a maioria dos países eliminaram o sistema de tabelamentos de emergência, entre nós foram mantidos; em seguida a promessa de manter preços baixos, estáveis e uniformes durante o ano todo para a carne bovina, era um dos itens básicos da plataforma presidencial de 1950.

Quando a inflação, a variação sazonal de valores e outros fatores econômicos tornaram impossível o cumprimento de tais promessas, criaram-se uma série de organismos governamentais para impor pela força o que as leis de economia não permitiam. Os esforços de tais organismos se concentraram principalmente na carne e no leite, os dois produtos essenciais da bovinocultura.

Criou-se, assim, o que é conhecido na mente popular como "o problema da carne", problema artificial que não é mais de que o resultado de encorajar o consumo a preços artificialmente baixos e simultaneamente desestimular a produção mediante renda insuficiente para o produtor. Os efeitos prejudiciais dessa política foram reforçados com severas limita-

ções de crédito oficial para pecuária, com restrições ou proibições periódicas para a exportação de carne e, quando esta fôra permitida, com a irrerealidade cambial que tornou não competitivo o produto brasileiro.

Cabe acrescentar que tudo isto é apenas uma faceta de um fenômeno mais amplo, comum nos países em desenvolvimento - a ânsia de industrializar-se e a política de alimentos baratos para a população urbana. Tal política, encontra muitos adeptos - os próprios donos das indústrias, o trabalhador, os políticos que seguem uma linha populista a curto prazo e os comunistas que procuram por todos os meios obstruir o progresso econômico, todos apoiados pela imprensa demagógica.

Porém, tal política contém a semente do desastre - a nova indústria há de depender em parte da área rural para venda de seus produtos; entretanto, destroe-se esse mercado, espoliando o campo para torná-lo servente da população urbana, uma política verdadeiramente suicida a longo prazo.

Este triste panorama sofreu e continua sofrendo as tremendas complicações do mercado negro, decorrente de tabelamento e da sonegação de impostos, consequência do aumento constante das alíquotas dos impostos estaduais e da ineficiência dos governos estaduais em cobrá-los. Tudo isto causou uma rápida multiplicação de frigoríficos, muitos dos quais com o objetivo de desfrutar as vantagens ilícitas da operação, sem nenhum aumento proporcional da produção pecuária. Há 30 anos meia dúzia de frigoríficos abatiam em São Paulo aproximadamente 1.100.000 cabeças por ano; hoje quintuplicado o número de estabelecimentos, o abate, pelo menos oficialmente declarado, é da ordem de 1.200.000 cabeças.

É óbvio também que os estabelecimentos que sonegam impostos não atendem a outros preceitos legais. De fato, salvo o reduzido número de frigoríficos que atendem às exigências do SIPAMA que refletem os padrões internacionais de higiene, em quase todos os demais estabelecimentos existe um desrespeito total das regras de higiene, poupando grandes despesas para os interessados mas com graves perigos para saúde do povo brasileiro.

5. O governo revolucionário e o seu sucessor, o governo atual, tem realizado ingentes esforços para corrigir, pouco a pouco, estas distorções. Corrigiu-se a irrerealidade cambial, eliminaram-se as restrições contra exportação, modificou-se o sistema fiscal e reconheceu-se a importância vital da agro-pecuária, aumentando substancialmente os financiamentos do setor vital para a economia nacional. Contudo, em todo esse período, o combate à inflação, baseado principalmente na vigilância dos índices do custo de vida, é influenciado pela tradição enraizada de inibição contra aumentos de preços de produtos agro-pecuários, faz com que o setor ainda não esteja livre dos fatores desestimulantes. A sonegação de impostos recebeu novo estímulo com as altas alíquotas do I.C.M. enquanto que no setor de preços, embora eliminados os tabelamentos, a SUNAB continua como concorrente no comércio de carne, com financiamento oficial, sem juros, com isenção de impostos e ainda operando com prejuízos que oneram as finanças do governo, e, principalmente, mantendo a desconfiança nos setores pecuaristas que tende a impedir novos investimentos.

6. Os acontecimentos que afetam a pecuária e o comércio de carne bovina tiveram seu paralelo exato no tratamento dado ao leite, produto que

ções de crédito oficial para pecuária, com restrições ou proibições periódicas para a exportação de carne e, quando esta fôra permitida, com a irrerealidade cambial que tornou não competitivo o produto brasileiro.

Cabe acrescentar que tudo isto é apenas uma faceta de um fenômeno mais amplo, comum nos países em desenvolvimento - a ânsia de industrializar-se e a política de alimentos baratos para a população urbana. Tal política, encontra muitos adeptos - os próprios donos das indústrias, o trabalhador, os políticos que seguem uma linha populista a curto prazo e os comunistas que procuram por todos os meios obstruir o progresso econômico, todos apoiados pela imprensa demagógica.

Porém, tal política contém a semente do desastre - a nova indústria há de depender em parte da área rural para venda de seus produtos; entretanto, destrói-se esse mercado, espoliando o campo para torná-lo servente da população urbana, uma política verdadeiramente suicida a longo prazo.

Este triste panorama sofreu e continua sofrendo as tremendas complicações do mercado negro, decorrente de tabelamento e da sonegação de impostos, consequência do aumento constante das alíquotas dos impostos estaduais e da ineficiência dos governos estaduais em cobrá-los. Tudo isto causou uma rápida multiplicação de frigoríficos, muitos dos quais com o objetivo de desfrutar as vantagens ilícitas da operação, sem nenhum aumento proporcional da produção pecuária. Há 30 anos meia dúzia de frigoríficos abatiam em São Paulo aproximadamente 1.100.000 cabeças por ano; hoje quintuplicado o número de estabelecimentos, o abate, pelo menos oficialmente declarado, é da ordem de 1.200.000 cabeças.

É óbvio também que os estabelecimentos que sonegam impostos não atendem a outros preceitos legais. De fato, salvo o reduzido número de frigoríficos que atendem às exigências do SIPAMA que refletem os padrões internacionais de higiene, em quase todos os demais estabelecimentos existe um desrespeito total das regras de higiene, poupando grandes despesas para os interessados mas com graves perigos para saúde do povo brasileiro.

5. O governo revolucionário e o seu sucessor, o governo atual, tem realizado ingentes esforços para corrigir, pouco a pouco, estas distorções. Corrigiu-se a irrerealidade cambial, eliminaram-se as restrições contra exportação, modificou-se o sistema fiscal e reconheceu-se a importância vital da agro-pecuária, aumentando substancialmente os financiamentos do setor vital para a economia nacional. Contudo, em todo esse período, o combate à inflação, baseado principalmente na vigilância dos índices do custo de vida, é influenciado pela tradição enraizada de inibição contra aumentos de preços de produtos agro-pecuários, faz com que o setor ainda não esteja livre dos fatores desestimulantes. A sonegação de impostos recebeu novo estímulo com as altas alíquotas do I.C.M. enquanto que no setor de preços, embora eliminados os tabelamentos, a SUNAB continua como concorrente no comércio de carne, com financiamento oficial, sem juros, com isenção de impostos e ainda operando com prejuízos que oneram as finanças do governo, e, principalmente, mantendo a desconfiança nos setores pecuaristas que tende a impedir novos investimentos.

6. Os acontecimentos que afetam a pecuária e o comércio de carne bovina tiveram seu paralelo exato no tratamento dado ao leite, produto que

sofreu o desestímulo dos tabelamentos durante mais de 20 anos.

7. Perante tal panorama é forçoso admitir que as causas do atraso brasileiro não residem na insuficiência técnica mas nas consequências da política seguida por muitos anos. Não há dúvida que, se o atual governo conseguir eliminar os fatores ainda existentes que tumultuam e criam desconfiança no setor pecuário, as possibilidades de expansão são imensas; tanto assim é que o Banco Mundial ao examinar as possibilidades da expansão econômica brasileira, escolheu a pecuária como atividade que melhores perspectivas oferecia, desde que eliminados os entraves políticos e econômicos, e concedeu ao país um empréstimo de US\$ 40.000.000, nesses termos.

8. Os países citados, como grandes produtores de carne, são também grandes produtores de laticínios. Isto porque, existindo um perfeito equilíbrio econômico entre os valores dos diversos produtos do solo, os bovinos podem ser alimentados com cereais ou outros produtos semelhantes nos períodos do ano em que não se dispõe de pasto abundante. Naquêles países, a maior parte da carne bovina é produzida pela alimentação intensiva dos bezerros, provenientes de rebanhos leiteiros. Isto não acontece entre nós, simplesmente porque o equilíbrio de preços e a repressão artificial dos valores da carne e do leite não tem permitido a aplicação de tais métodos, forçando os pecuaristas a manter o seu gado em base somente de pasto. Assim, a famosa entre-safrá que tanto celeuma e demagogia sempre provoca, é uma criação artificial exatamente como é o "problema da carne". Comendo apenas pasto seco, o boi perde peso e assim custa mais por quilo.

9. Ainda com referência a estatística da população bovina, cabe lembrar que há mais ou menos 5 anos, citava-se como número provável 50.000.000 de cabeças, sendo virtualmente impossível que o número real haja duplicado em poucos anos. Existem sobejos motivos para acreditar que tais exagerados números são lançados ao conhecimento público, sem nenhuma base oficial, pelos setores interessados em tumultuar o comércio da carne; com a afirmação de termos o segundo rebanho do mundo, procuram demonstrar que não há motivo para o "problema de carne", que deverá ser consequência de manobra de intermediários gananciosos.

GAZETILHA ECONOMICA

Causas do atraso relativo de nossa

*Emissário japonês
no Rio vai hoje
a Magalhães Pinto*

Chegou ontem ao Rio o deputado japonês Shojiro Kawashima, enviado especial do «premier» do Japão, para manter contatos com autoridades brasileiras sobre assuntos de interesse do intercâmbio comercial entre as duas nações.

Foi recebido no Galeão pelo secretário-geral do Itamarati, chefe do Cerimonial, o secretário-geral adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Asia, comandante do CONTA e o embaixador do Japão no Brasil.

O enviado especial veio acompanhado dos deputados Munenori Akagi e Daisuke Akita, assessores especiais e pelo chefe da Divisão da América do Sul do Ministério do Exterior japonês, secretário Tadashi Otaka. Ficará à disposição do secretário Alvaro da Costa Franco, do Itamarati.

Hoje, o deputado Shojiro Kawashima visitará o chanceler Magalhães Pinto, governador Negrão de Lima e os Estaleiros da Ishikawajima do Brasil. Quinta-feira, viajará a Brasília, visitando o presidente da República, Senado e Câmara.

Sexta-feira, irá a Belo Horizonte, visitando a USIMINAS. Sábado, irá a São Paulo, para encontro com membros da colônia japonesa, no Instituto Cultural Nipo-Brasileiro e visita ao governador. Segundo-feira deixará o Brasil, partindo para Buenos Aires.

Os entendidos em matéria de abastecimento de alimentos proteicos de proveniência bovina afirmam que qualquer país que possuía um rebanho numericamente igual ao seu contingente demográfico pode, folgadamente, dispor de ótimas condições de suprimento de carne, leite e outros produtos bovinos indispensáveis à alimentação. Um bovino por habitante é um índice internacionalmente aceito como representativo da auto-suficiência nesse setor da produção agropecuária de uma economia nacional.

As estimativas conhecidas indicam que a população brasileira, em 1 de julho de 1967 deveria girar em torno de 86,6 milhões de habitantes. Os efetivos bovinos, na mesma data, partindo-se de previsões realizadas com base nas estatísticas do Ministério da Agricultura, estariam se aproximando de 95 milhões de cabeças, deixando evidente, portanto, possuir o Brasil, uma razoável margem de sobra, relativamente àquele índice de auto-suficiência na produção de alimentos provenientes da bovinocultura.

Entretanto a experiência brasileira nesse ramo de sua economia rural não confirma a tese tradicionalmente considerada pelos zootecnistas, economistas rurais e demais estudiosos da matéria. Possuímos mais de um bovino para cada habitante, mas temos andado sempre em dificuldades para abastecer o mercado nacional com esses produtos, com frequentes crises de suprimentos. Ressalta ainda nessa conjuntura o fato de o Brasil apresentar um baixo nível de consumo "per capita" de carne e muito mais baixo no que diz respeito ao leite

lhões de bovinos, e o quinto a Argentina, com 42 milhões.

Tomando por base o rebanho de 1957, os efetivos atualmente mostram-se quase 40% superior. A propósito desse rápido crescimento da pecuária bovina em nosso país, já se afirma não estar longe o dia em que teremos duas centenas de milhões de cabeças de gado e talvez sejamos o maior país criador do mundo. Não obstante toda essa vantagem quantitativamente, é sempre oportuno frisar, muito ainda precisamos fazer em favor da bovinocultura.

Do ponto de vista da distribuição regional, a relação um bovino por habitante se apresenta de certa forma desequilibrada. Vejamos: a região Norte, com 3,7% da população, possuía apenas 1% dos bovinos; o Nordeste, com 22% do rebanho; o Leste, com 35% da população, destina 34% das reses existentes no país, o Sul, com 35% da população, concentrava 32% do rebanho; e o Centro-Oeste, com 42% da população, criava 22% dos bovinos.

Como se vê, as maiores disparidades são registradas nas regiões Norte e Nordeste, cujos rebanhos bovinos numericamente são apenas a metade do contingente populacional. Nas regiões Leste e Sul verifica-se certo equilíbrio. A pequena diferença para menos assinalada nestas regiões é perfeitamente compensada pelo excedente registrado na região Centro-Oeste, que também podia suprir os alimentos proteinados do Norte e Nordeste, caso houvesse no país melhor aparelhamento distribuidor.

Paraguai fomenta cultura do trigo com ajuda da AID

O governo do Paraguai vem executando o Plano Familiar do trigo e projetos da cultura tritícola a nível empresarial, usando futuras colheitas. Para isso, conta com um empréstimo da AID (Associação Interamericana de Desenvolvimento), no valor de US\$ 3 milhões, a ser ampliado para US\$ 10 milhões, a fim de continuar normalmente o programa traçado.

De acordo com o Plano, o Paraguai tentará aliviar sua balança de pagamentos. A preocupação do governo é a auto-suficiência nos próximos 8 anos, ou seja, proporcionar trigo ao consumo local, substituir as importações, assegurando sementes em quantidade para o incremento do cultivo.

Esse ano está previsto o cultivo de 4.800 hectares, com a participação de 2 mil agricultores. O Banco Nacional de Fomento forneceu 230 toneladas de sementes. As atividades a nível empresarial alcançaram no ano passado 6 mil hectares, aumentando este ano para 20 mil. Participam do empreendimento imigrantes europeus, principalmente suíços, que chegaram com suas respectivas maquinarias.

As importações paraguaias do cereal elevam-se a 90 mil toneladas anuais, no montante de US\$ 8 milhões. Essa divisa, quando não mais sair do País, será aplicada progressivamente na aquisição de bens de capital, necessários ao desenvolvimento econômico do País.

Numericamente, rebanho bovino é suficiente, mas qualitativamente mostra-se incapaz de suprir com adequação o mercado nacional com os alimentos que produz. Essa é a conclusão imediata que se infere do confronto dos principais parâmetros da equação brasileira relativa ao abastecimento de produtos alimentícios de origem bovina.

Mas, por que é o Brasil o único país, talvez, que apresenta tal conjuntura? Por que comemos pouca carne, bebemos pouco leite e não participamos do mercado mundial desses produtos, cuja demanda nos países industrializados cresce animadoramente? Por que, se possuímos o segundo rebanho comercializável do mundo?

As causas motivadoras dessa situação, temos, com frequência, analisado nestas colunas. Com base nas pesquisas realizadas pelos órgãos técnicos do país, vimos apontando o baixo rendimento, em carne, das carcaças abatidas, bem como o míngua do índice de desfrute, entre os principais motivos determinantes da pequena produtividade de nossa bovinocultura. O rendimento da carcaça está muito na dependência dos tipos criados e da impropriedade dos pastos e rações. O índice de desfrute também se prende às espécies criadas, mas principalmente aos processos extensivos e anacrônicos de criação.

O Brasil, com um rebanho da ordem de 95 milhões de reses, figura em terceiro lugar nas estatísticas mundiais, logo depois da Índia, com cerca de 160 milhões de cabeças, e dos Estados Unidos com 100 milhões. Levando-se em conta o fato de que na Índia quase nenhum abate é realizado, dessa feita o rebanho brasileiro, do ponto de vista comercial, pode ser considerado como o segundo do mundo. Numericamente, revelam as estatísticas internacionais que o quarto posto pertence à União Soviética, com 80 mi-

Os problemas que atingem a produção pecuária nacional continuam sendo cuidadosamente examinados pelos setores público e particular interessados em equalizá-los convenientemente. O governo vem dedicando continuada atenção aos problemas pecuários. Os nossos rebanhos têm um desfrute dos mais baixos conhecidos: entre 12, 13 ou, no máximo, 15%. Esse desfrute poderia facilmente ser duplicado ou triplicado: nossos vizinhos argentinos têm um desfrute de 27 ou 28% sobre sete rebanhos, enquanto os Estados Unidos ultrapassam os 30% e a França anda ao redor de 40% de desfrute. Ora, se conseguíssemos aumentar em 20 ou 25% o desfrute dos nossos rebanhos, estaria duplicada a produção de carne.

A conclusão a que se chega é evidente, inerente mesmo à natureza do problema. Vejamos, em primeiro lugar, o que é o desfrute de um rebanho. Este traduz-se pela relação gado abatido/gado existente, isto é, pela taxa de matança, que, infelizmente, entre nós, nas condições em que se processa a produção, somente permite um nível baixo. Não há como desconhecer que, se duplicássemos a porcentagem de abate do rebanho bovino brasileiro, teríamos certamente uma produção de carne proporcionalmente aumentada.

O importante repousa na investigação das causas que determinam a situação prevalente; das razões que levam ao desfrute ser apenas de 10%, conforme indicam as estatísticas oficiais, e não de 20 a 25%, como seria desejável. Entre estas cumpre destacar os tipos de bovinos predominantes em nossos campos de criação e os métodos pelos quais são criados. Estes representam os principais fatores do exíguo desfrute que caracteriza-se pela relação gado abatido/gado. A nossa economia pecuária, bem como do baixo rendimento das carcaças abatidas.

produção pecuária

E. Cezar de Carvalho

Os tipos de bovinos criados em nossas fazendas exigem um prazo médio de aproximadamente 4 anos para sua utilização econômica, isto é, o prazo entre o nascimento do bezerro e o momento em que o animal está apto para o abate. Tal prazo é o dobro do prevalecente em outros países criadores. Na Argentina e no Uruguai, varia entre 18 e 24 meses. Em São Paulo o gado atinge a idade de abate em 3 anos, e no Rio Grande do Sul, acima de 4 anos. Por outro lado, as formas de criação geralmente adotadas, e menores extensões territoriais e sem nenhum controle dos fazendeiros — criação, caracterizadamente extensiva — contribuem também para baixo índice de desfrute além de determinar consideravelmente perdas de bezerros que servem para agravar os custos de produção.

Entretanto, o relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, pelo Grupo de Trabalho da Pecuária de São Paulo, em fins de abril de 1963, revelam na região "Brasil-Central Pecuária" — formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso — prevalecem as maiores e melhores reservas zebuínas de reprodutores de gado de corte, assim consideradas mundialmente, e cujo aprimoramento zootécnico poderá ser notado através da precocidade dos novilhos quando criados e engordados em extensas e magníficas pastagens artificiais, formadas por gramíneas nobres tais como o gordura, o colônia, o jaraguá, pangole etc.

Ainda, segundo o referido relatório, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, que compõem as regiões Nordeste e Leste Setentrional, predomina o rebanho de "crioulos", de pequeno valor zootécnico e reduzida produtividade, uma vez que esse tipo ainda não sofreu, em ampla escala, a ação melhorada do gado indiano. No entanto, no sudoeste baiano já existem grêmios plantéis de gado da raça "independente", comparáveis aos melhores existentes na região Brasil-Central. Já na região Norte a situação é das mais precárias, predominando aí a criação de animais inferiores e com os métodos mais primitivos.

O quadro que se acaba de descrever não serve apenas para explicar a baixa taxa do desfrute que estamos discutindo, espelha também os minguados rendimentos médios obtidos por cabeça abatida.

Estatísticas internacionais conhecidas põem os rebanhos brasileiros, sob ângulos da produtividade, em dramática situação de inferioridade. Assim, tomando-se a produção efetiva de carne em quilos "per capita" isto é, em relação a população bovina total, vamos registrar que um boi de corte no Brasil representa uma possibilidade efetiva de consumo de somente 15 quilos. Enquanto isso se verifica em nosso país, no México essa possibilidade concreta de abastecimento de carne bovina é de 22 quilos; no Uruguai de 30 quilos; em Nova Zelândia de 41 quilos; na Austrália de 46 quilos; na Argentina de 51 quilos; no Canadá de 66 quilos; no Reino Unido de 74 quilos; nos Estados Unidos de 70 quilos; e na França de 76 quilos.

Estes dados sugerem logo aquela indagação inicial: por que o Brasil, possuindo o terceiro rebanho do mundo, numericamente, produz tão pouca carne? Os comentários acima feitos explicam, em grande parte, o fenômeno, que está exigindo urgentemente de providên-

cias corretivas. É certo que nesse campo de atividade econômica as melhorias não podem ser obtidas no curto prazo, principalmente, quando se sabe que as causas preponderantes são de ordem estrutural — métodos anacrônicos de criação, tipos de bovinos criados, precário acesso das grandes fontes criadoras aos centros de industrialização e consumo. Por isso mesmo, não podemos ser descurados, nem protelados, tais providências.

A realidade imposta por essa situação estrutural deficiente é que o Brasil possui um consumo "per capita" de carne muito reduzido, figurando em 26.º lugar nas estatísticas internacionais, com menos de 25 quilos anuais, índice este verdadeiramente paradoxal com a expressividade numérica do rebanho bovino existente no país, significativamente maior que a da população brasileira.

É verdade que a solução desses problemas não se apresentam fácil, em razão das características de nossa produção animal: vultosa criação extensiva, num país de enorme extensão territorial e de escassos meios de comunicação. Dessa forma, o aproveitamento racional de nossas potencialidades, nesse setor econômico torna-se realmente dificultado, ficando evidente que são nas atividades anclares em que repousam os maiores obstáculos de expansão da produção de origem animal em nosso país. De fato, as disponibilidades de gado para a industrialização são suficientes para proporcionar um substancial aumento imediato de produção.

Nesse campo de nossa pecuária bovina, foram intensificados os trabalhos referentes à formação e seleção de raças para corte, apolando-se de um lado os trabalhos experimentais de "feeding" e testes para seleção de reprodutores e, de outro, nos trabalhos de formação de novas raças, entre as quais se salientam a do cruzamento Charolês-Zebu e Limousine-Caracu. Entretanto todas essas providências ainda são mínimas face às imensas necessidades de racionalização dos processos de criação de bovinos, visando maiores rendimentos das carcaças abatidas em carne, notadamente, nas áreas próximas dos centros de industrialização do boi. Tendo em vista que numericamente o desenvolvimento do rebanho bovino se mostra adequado, cumpre ao País melhorar as espécies criadas, objetivando aumentar a produtividade.

Quanto ao gado inteiro, os estudos técnicos levados a efeito mostram que uma série de medidas ainda precisam ser postas em prática visando a melhoria da produção. A compra de reprodutores de melhor qualidade, o financiamento da produção, o auxílio para preservação forrageira e o incentivo às melhores técnicas de distribuição da produção, nos mercados, muito deverão contribuir para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da produção leiteira.

Os levantamentos feitos revelam que é relativamente muito acentuado o "deficit" de consumo de leite pela população brasileira, o que, segundo previsões realizadas ultimamente, aumentará sensivelmente nos próximos anos, casos providências energéticas deixem de ser tomadas nesse setor da produção pecuária.

Inquéritos de profundidade visando a obtenção de dados que permitam levantamento exato da capacidade de produção das várias bacias leiteiras situadas nas proximidades dos maiores centros de consumo precisam ser realizados com vistas à adoção das medidas reclamadas pelo indispensável e imediato aumento da produção.

Aprovados os créditos para a Rio-Niterói

Operações de crédito no valor de 100 milhões e 453 mil cruzeiros novos, para financiamento parcial da construção da ponte Rio-Niterói, foram aprovadas, ontem, pelo Conselho Nacional de Transportes. As operações serão concluídas com a firma inglesa N. M. Rothschild & Sons.

Também foram aprovados financiamentos internos, no valor de 141 milhões e 692 mil cruzeiros novos, através de operações com o Tesouro Nacional e o Instituto Brasileiro do Café. As obras da ponte contarão, ainda, com uma dotação de 13 milhões e 223.800 cruzeiros novos do orçamento do DNER.

TERMINAIS SALINEIROS

Em sua reunião de ontem, sob a presidência do ministro Mário Andreazza, o Conselho Nacional dos Transportes aprovou, ainda, os contratos de concessão e construção dos terminais salineiros de Areia Branca e Macau.

O primeiro deverá movimentar, a partir de 1965, nada menos de um milhão e quinhentas mil toneladas anuais de sal a granel, incluindo o projeto uma ilha artificial, uma frota de barcaças e um descarregador de via, com capacidade para receber embarques de até 100 mil toneladas TDW, transferindo para os respectivos portos 1.500 toneladas de sal por hora.

Movimentará, igualmente, o terminal de Macau um milhão e quinhentas mil toneladas anuais de sal a granel, contando com um sistema mecânico capaz de transportar mil toneladas por hora.

Rádio e TV reúnem-se no mês que vem

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão vai realizar o V Congresso Brasileiro de Radiodifusão, sob o lema da união de todos em torno do ideal comum de liberdade com responsabilidade.

O conclave, terá lugar, na cidade do Recife, Pernambuco, de 24 a 28 de setembro próximo, e deverá congrega empresários brasileiros de todas as emissoras do País, filiados ou não à ABERT.

TEMARIO

Os objetivos básicos do V Congresso são:

1. estabelecer normas básicas de cooperação entre as emissoras, CONTEL, DENTEL, agências de publicidade, im-

De tanto se falar em falta de boi e do preço da carne, o público veio pensar que o problema é de uma fábrica ou fábricas que funcionam mal.

Fábrica é - de fato - mas de características bem diferentes daquelas que produzem automóveis, tecidos ou caixas de fogos. A fábrica é a vaca, fábrica de qualidades inusitadas, pois de uma única matéria prima, o capim, elabora três produtos diferentes, a cria - bezerros machos e fêmeas, o leite e a carne própria. Podemos então, em determinadas circunstâncias, chegar até a consumir a própria fábrica. E depois ?

Olhemos o caso dum pecuarista pequeno que dá um quadro exato da pecuária nacional. A sua área de pasto é lotada com cem vacas; bem administrado, o rebanho produz 60 (sessenta) bezerros anualmente, 30 machos e 30 fêmeas. Os trinta machos vendem-se a um invernista, que em 3 anos fornece os bois que comemos. Entretanto, o que fazer com as trinta fêmeas desmamadas, dado que o pasto fica lotado com as cem vacas ? O pecuarista tem três possibilidades:

1. - Progresso - Aumenta a sua área de pasto, aumenta o rebanho e eventualmente produz mais boi ou vende as novilhas a outro pecuarista que se inicia na criação.
2. - Estagnação- Vende as trinta vacas mais velhas ao açougueiro, a fim de deixar lugar no pasto para as trinta novilhas.
3. - Retrocesso- Conclui que as perspectivas futuras para a criação não são boas, vende as cem vacas ao açougueiro, guardando apenas as trinta novilhas, e tomba dois terços do pasto para a lavoura de cereais, com o qual obterá preço mínimo garantido e crédito amplo.

É claro que o pecuarista escolherá uma das três alternativas segundo as perspectivas de rentabilidade que preve para a criação.

-- oo --

A pecuária teve dez anos na fase 1. - o progresso, graças aos planos de recuperação do Ministério da Agricultura, depois do desfálque da segunda guerra. Nos dez anos seguintes, passamos a fase 2 - a estagnação, resultado da demagogia de preços de sucessivos governos; estagnação em termos, pois com o aumento da população consumidora, era realmente um retrocesso.

E agora, vamos para a fase 3 - um verdadeiro retrocesso, com a liquidação da fábrica ? Isto é o resultado a que se poderá chegar, se continuar a atual política de preços, política que, aplicada com energia suficiente, poderá resultar em certa fartura enquanto comemos a fábrica. Depois, precisamos outros dez anos para voltar à situação de hoje.

Isto, sim, é matar a ^{oo}galinhas dos ovos de ouro.